

EXPERIÊNCIAS LGBTQIAPN+ NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

LGBTQIAPN+ EXPERIENCES IN THE LANDLESS RURAL WORKERS' MOVEMENT (MST)

Camila Pereira de Souza¹

Marília Maia Lincoln Barreira²

Davi Damasceno Gifoni³

Flávia Alessandra Franca Carneiro⁴

Resumo: A população LGBTQIAPN+, atravessada por relações históricas e culturais, articula-se com movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que contribui diretamente com a formação identitária de seus membros. Este artigo visa compreender a experiência vivida de militantes LGBTQIAPN+ do MST no processo de construção identitária. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete participantes. Em seguida, utilizou-se o método fenomenológico crítico para transcrever, analisar teoricamente e agrupar as falas em categorias. Dessa forma, as experiências dos militantes são atravessadas por múltiplos contornos. Destaca-se que práticas coletivas de promoção à saúde auxiliam o processo da construção identitária desses indivíduos.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Fenomenologia.

Abstract: The LGBTQIAPN+ community, crossed by historical and cultural relations, articulated itself with social movements as the Landless Workers' Movement (MST), which contributes directly with the identity formation of its members. This article aims to comprehend the living experience of the LGBTQIAPN+ MST militants in its identity construction process. Semi-structured interviews were conducted with seven participants. The critical phenomenological method was then used to transcribe, theoretically analyze and group the statements into categories. Therefore the militants' experiences are affected and crossed by multiple contexts. It should be emphasized that collective health promotion practices help to build the identity of these individuals.

Keywords: LGBTQIAPN +; Landless Rural Workers Movement; Phenomenology.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia - Universidade de Fortaleza; Professora - Universidade de Fortaleza; E-mail: camilasouza@unifor.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5901-9182>.

2 Doutora em Psicologia - Universidade de Fortaleza; Professora - Universidade de Fortaleza; E-mail: mariliabarreira@unifor.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0487-5472>.

3 Graduado em Psicologia - Universidade de Fortaleza; Psicólogo - Universidade de Fortaleza; E-mail: psidavigifoni@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5218-7762>.

4 Graduada em Psicologia - Universidade de Fortaleza; Psicóloga - Universidade de Fortaleza; E-mail: flavialessandrafc817@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8727-6290>.

Introdução

Os estudos e discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual se tornaram presentes dentro dos mais diversos contextos da sociedade (Caetano; Lima; Castro, 2019). Destaca-se o marco histórico conhecido como Princípios de Yogyakarta, que, segundo Alamino e Vecchio (2018), faz referência a um documento apresentado em 2007, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, que teve como objetivo orientar sobre proteções sociais dirigidas à população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transexuais e travestis, queers, assexuais, pansexuais, não binários, entre outros gêneros).

Inicialmente, a sigla comumente usada pelos grupos minorizados era “GLS” (que se refere a gays, lésbicas e simpatizantes), e, desde então, houve sucessivas ampliações, o que reflete uma maior pluralidade de formas de se identificar e de se relacionar com o outro. Torna-se necessário ressaltar que tais mudanças só foram possíveis devido a movimentos de resistência e de fortalecimento do diálogo acerca dessa realidade (Quinalha, 2022).

Apesar dessa ampliação, ainda há movimentos violentos que visam apagar as pessoas por elas representadas, como uma tentativa de higienização cultural, baseada em uma política moralista e controladora (Quinalha, 2022). Essa realidade pode ser construída desde o primeiro contato com o mundo, em conjunturas familiares conservadoras e LGBT+fóbicas. Quinalha (2022) ainda reflete sobre a existência de muitas pessoas LGBTQIAPN+ que são inseridas em espaços familiares, educacionais e profissionais violentos e inseguros, o que acaba por se tornar um dos maiores desafios desse público, a saber: construir-se, individualmente e coletivamente, apesar da adversidade desses espaços.

Por mais que outras redes de apoios sejam fundamentais na promoção de saúde de tal comunidade, é inegável os efeitos nocivos que as conjunturas políticas e sociais de determinados tempo e espaço, balizadas pelo autoritarismo, possuem na vida física e psíquica de indivíduos LGBTQIAPN+ (Araújo; Carvalho, 2021). Como exemplo, destaca-se o período pós-eleitoral de 2018, marcado pela vitória do que viria a ser o novo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, reconhecido por novas (e antigas) práticas de opressão em seu governo, em especial pelos discursos de ódio, confirmado o que se tornou conhecido como bolsonarismo. Segundo Araújo e Carvalho (2021), em tal contexto, tornou-se comum o uso da violência contra os direitos de grupos historicamente marginalizados e oprimidos, como a comunidade LGBTQIAPN+, o que acarretou diversos sentimentos negativos nos entrevistados na pesquisa de Pessoa *et al.* (2020), como tristeza, medo, raiva e fraqueza.

Nas discussões que envolvem as construções identitárias LGBTQIAPN+, há uma “disputa” entre a ideia essencialista da identidade de gênero e orientação sexual, enquanto condição inata, fixa e imutável de um lado, e por outro, há a concepção construcionista, que entende tais processos como um movimento flexível, não natural e não linear (Quinalha, 2022). Compreender essas vivências por essa última perspectiva estimula a percepção de deslocamentos e transformações, reconhecendo as trajetórias individuais e os contextos históricos e culturais em que cada indivíduo está inserido ao longo do tempo e do território onde se encontra. Como afirma Carnavale (2023), tal processo é historicamente marcado por cerceamentos, em especial do Estado, o que implica no deslocamento de experiências individuais para coletivas, em movimentos sociais, elaboração de leis, de políticas de saúde, de proteção social e de cidadania.

Uma vez que a população LGBTQIAPN+ está inserida em relações sociais, políticas, culturais e econômicas de cada território, é possível identificar movimentos sociais em que esse público se insere e contribui para o seu desenvolvimento. Um deles é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, com o objetivo de lutar e reivindicar reforma agrária e maiores distribuições de políticas voltadas para educação, saúde e sustabilidade (Silva; Prada, 2019).

Tais reivindicações se tornaram constantes, transformadoras e contribuíram para a consolidação do movimento no cenário social brasileiro, apesar das diversas negligências e violências que ele sofre da burguesia agrária, que ainda detém parcelas significativas do poder hegemônico político no país (Miranda; Cunha, 2013). O MST, ao longo dos anos, passou por diversas mudanças internas que contribuíram para que hoje se tornasse referência não só no Brasil, mas também em toda a América Latina. Dentre as mudanças, é possível citar o desenvolvimento dos núcleos de moradia e habitacionais e das brigadas, compostas por núcleos de base, setores, direção coletiva e coordenação da brigada (Miranda; Cunha, 2013). Desenvolvimento como esse é fundamental para discutir sobre um cenário cada vez mais presente no MST: a existência e a coletivização de pessoas LGBTQIAPN+ militantes. Domingues *et al.* (2018) refletem sobre a possibilidade de identificação e pertencimento entre pessoas que compartilham de vivências próximas, em especial na diversidade de gênero e sexual. Nesse sentido, faz-se necessário refletir, como afirmam Melo *et al.* (2021), sobre como as causas, as lutas defendidas e as realidades compartilhadas por movimentos como o MST contribuem para a construção de identidades.

Para uma melhor compreensão dessa questão, resgata-se, neste artigo, os estudos filosóficos do francês Maurice Merleau-Ponty (2006), os quais posicionaram a existência no processo de mútua constituição da relação do ser humano com o mundo. Em outras palavras, indivíduo e mundo não existem isoladamente, mas coexistem de forma entrelaçada e indissociável em uma relação ambígua, o que demarca a dimensão intersubjetiva que constitui a percepção humana (Merleau-Ponty, 2006b; Franco; Santos; Caminha, 2020).

A fenomenologia filosófica de Merleau-Ponty (2006a; 2006b) traz importantes contribuições não só para a filosofia e para a psicologia, mas também para as discussões sobre identidade de gênero. Ao enfatizar a relação ambígua que caracteriza o engajamento do sujeito no mundo circundante, o filósofo abre caminho para uma compreensão mais fluida das identidades de gênero (Da Silva, 2024). Estas não possuem uma essência fixa, mas se constituem e são constituídas **no e com** o mundo. Em outras palavras, é a expressão de uma existência engajada e em constante movimento, o que possibilita uma abordagem mais inclusiva e que leva em consideração a multiplicidade das experiências e os seus significados que sustentam e “dão cor” ao arco-íris, sobretudo quando nos deparamos com um movimento social de caráter nacional, rural e camponês.

Ao superar as simplificações e estereótipos que permeiam visões dicotômicas e binárias, a fenomenologia filosófica da ambiguidade de Merleau-Ponty (2006a; 2006b) contribui como uma importante ferramenta crítica para a ampliação de debates e investigações que possuem como centro as narrativas da população LGBTQIAPN+. Neste artigo, temos como principal objetivo compreender a experiência vivida de militantes dessa comunidade no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em seu processo de construção identitária.

1. Método

O presente trabalho foi realizado a partir de uma investigação qualitativa com base no método fenomenológico crítico, que se sustenta na fenomenologia filosófica de Merleau-Ponty. Para Moreira (2004), é um método que contribui para uma compreensão mundana e crítica dos fenômenos investigados. Diante do contexto de militantes LGBTQIAPN+ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), busca-se partir da significação da experiência singular de cada militante, desvinculando-se de uma ideia essencialista de identidade.

Destaca-se também a posição que o pesquisador terá na concretização desse método, que, segundo Moreira (2004), caracteriza-se como um movimento de se propor, intencionalmente, a apreender e conhecer as experiências dos participantes em questão, levando em consideração que ninguém poderia descrever melhor a experiência de ser um/uma militante LGBTQIAPN+ do MST do que a própria pessoa inserida nessa realidade. Uma vez que tais vivências são atravessadas por diversos contornos, em especiais políticos e culturais, torna-se fundamental, como também afirma Moreira (2004), que o pesquisador conheça minimamente as relações estabelecidas entre o participante e o mundo, com o objetivo de facilitar a aproximação com o que está sendo expresso e com a posterior discussão da pesquisa.

O presente trabalho foi realizado no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, localizado na cidade de Fortaleza (CE), que, segundo o Sindicato dos Bancários do Ceará (Sindicato dos Bancários do Ceará, 2010), é caracterizado como um espaço de realização de atividades de pesquisa, capacitação e socialização relacionadas a movimentos sociais com ideais pautados na reforma agrária e em posicionamentos políticos de esquerda. Inaugurado em 2010 e gerido até hoje pelo mesmo movimento, no Ceará, o espaço visa estimular e construir redes de apoio a trabalhadores e trabalhadoras em contextos culturais, políticos, trabalhistas, científicos, tecnológicos, sociais, ambientais e na distribuição de recursos básicos, como alimentação e moradia.

Como instrumento vinculado ao método fenomenológico crítico, foi utilizada a entrevista semiestruturada, que como postula Guazi (2021), é caracterizada como um tipo de entrevista que proporciona maior flexibilidade e adaptabilidade sobre aquilo que está buscando ser compreendido, o que ressalta seu caráter fundamental na facilitação da expressão de experiências diversas no contexto da presente pesquisa. Para a realização da entrevista, foi formulada uma pergunta disparadora, que facilitou a compreensão da experiência vivida pelos participantes (Moreira, 2004), a saber: “Como é para você ser uma pessoa LGBTQIAPN+ no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?”.

Os participantes foram recrutados a partir da técnica “bola de neve”, que, segundo Bockorni e Gomes (2021), caracteriza-se como uma forma de amostra não probabilística e que possui seu processo de recrutamento baseado em redes de indicação e de referência sucessivas, entre os participantes da pesquisa. Nesse sentido, o primeiro passo foi a divulgação presencial da pesquisa em reuniões e encontros dos militantes do movimento, por intermédio da coordenação do setor de saúde do MST. Em seguida, houve

o agendamento de nova data para a realização das entrevistas com as pessoas que manifestaram interesse em participar desta investigação após esse convite inicial nas reuniões do movimento. Foi sinalizada a importância de indicações de potenciais participantes. Nesse caso, coletamos os dados das pessoas indicadas e entramos em contato via ligação telefônica ou aplicativo de mensagem para realização do convite de participação da pesquisa e, em caso de confirmação do interesse, agendamos os dias e horários para a realização da entrevista no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, em Fortaleza, ou on-line, pela plataforma Google Meet. Todo esse processo ocorreu de acordo com as normas éticas do Ofício Circular 2/2021 CONEP/SECNS/MS.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em formato presencial ou on-line, por meio da plataforma Google Meet, uma vez que, por ser situado em todo o estado, o MST contempla uma grande diversidade de militantes em outros municípios além de Fortaleza, o que poderia impossibilitar o deslocamento geográfico de algum participante. As entrevistas foram audiogravadas para que posteriormente fosse feita a análise dos dados. No processo de realização das entrevistas, é necessário que o pesquisador, como afirma Moreira (2004), opte pela redução fenomenológica, ou seja, um movimento de desvinculamento de expectativas e crenças pessoais, para uma abertura ao fenômeno que se pretende compreender, tal como ele aparece. É imprescindível destacar também que por mais necessária, essa é uma atitude que nunca consegue ser realizada por completo.

Para compor a análise dos dados deste trabalho, como postula Moreira (2004), fez-se necessário realizar a gravação das entrevistas para que cada detalhe expresso pelo participante fosse preservado, uma vez que os próprios pesquisadores transcreveram, de forma literal, todo o seu conteúdo. Isso possibilitou a geração de um texto nativo, ou seja, a descrição textual de tudo aquilo que se apresentou como linguagem, seja verbal ou não, como choros e silêncios. A partir disso, as falas de cada participante foram agrupadas de acordo com os tons e movimentos dos significados que emergiram no texto nativo para que, em seguida, fossem elaboradas as categorias fenomenológicas. Estas não possuem o objetivo de rotular ou controlar o que foi dito, mas de situar os significados emergentes na experiência vivida dos participantes. Por fim, ocorreu o movimento de retorno à atitude natural, ou seja, de interrupção da redução fenomenológica por parte dos pesquisadores para que fossem elaboradas as articulações teóricas, com o objetivo de respaldar aquilo que foi dito, compreendido e descrito.

Esta pesquisa foi realizada após a aprovação no Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), juntamente com a concordância dos princípios garantidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 (BRASIL, 2012, 2016). Os participantes assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) ao se vincularem de forma livre e voluntária à investigação, tendo em vista disso, foram adotados nomes fictícios para resguardar as respectivas identidades.

2. Resultados e discussões

Quadro 1: Caracterização dos participantes

Nome	Identidade de gênero e orientação sexual	Tempo de militância	Idade
Thina	Mulher cisgênero e lésbica	35 anos	39 anos
Erika	Mulher cisgênero e bissexual	18 anos	43 anos
Silvero	Homem cisgênero pansexual	5 anos	23 anos
David	Homem cisgênero e gay	9 anos	29 anos
Cássia	Mulher cisgênero e bissexual	11 anos	31 anos
Janaína	Mulher cisgênero e lésbica	25 anos	42 anos
Paulo Gustavo	Homem cisgênero e gay	20 anos	37 anos

Fonte: elaborado pelo autor⁵.

Uma vez utilizado o método fenomenológico crítico enquanto instrumento que possibilita a compreensão das experiências de cada mundo vivido, foi possível, em um movimento crítico e ético, a partir de uma pergunta norteadora, realizar sete entrevistas individuais. Os resultados encontrados foram agrupados em cinco categorias fenomenológicas para facilitar a construção das articulações teóricas. São elas, a saber: a contradição como experiência da intersubjetividade dentro do movimento; a deslegitimização da sexualidade de mulheres como fenômeno do patriarcado; o conservadorismo no campo como mantenedor do preconceito e da violência; a educação como prática emancipadora; os lugares que os corpos LGBTQIAPN+ podem ou não ocupar.

5 A escolha dos nomes dados aos participantes da pesquisa se deu em homenagem a pessoas que se tornaram referências para a população LGBTQIAPN+ em todo o país, nos cenários políticos, artísticos e sociais.

A contradição como experiência da intersubjetividade dentro do movimento

A partir das entrevistas realizadas, um dos pontos comuns a todos os participantes foi a presença de vivências e sentimentos contraditórios, que se entrelaçam em suas experiências. Como refletem Franco, Santos e Caminha (2020), podemos compreender o mundo vivido por meio do corpo, uma vez que esse é o fio condutor que nos entrelaça intersubjetivamente ao outro. Por meio dele, atribuímos sentido à existência e, também, à sexualidade (Merleau-Ponty, 2006b), o que torna possível uma maior apropriação da experiência e uma menor automatização da vida, como descreve a participante Thina: “Sobre o que trata da militância, trata da gente enquanto ser individual, mas enquanto ser coletivo. Individualidade, e tá falando da coletividade de um movimento, porque a gente é indivíduo, mas a gente também é coletivo”.

Ao se colocar como militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), esse pode sair de um modo de ser reprimido e “domesticado” para um modo de estar em maior contato com sua consciência social. Como afirmam Chiabotto e Montagner (2021), o MST se caracteriza como um dos principais movimentos sociais da América Latina e sua missão é voltada para a garantia da reforma agrária e da socialização e distribuição de terras.

Tal característica do movimento também implica em uma vivência socializada na medida em que os militantes entram em contato com seus gêneros e suas orientações sexuais, entrelaçadas com suas vivências no campo, na educação e na gestão. É por meio do contato com os outros, via coletividade, que os participantes reafirmam suas identidades. Ao movimentarem-se, (re)conhecem-se e constroem possibilidades, pois a coletivização da população LGBTQIAPN+ fortalece sentimentos de pertença e maior participação social e política, mesmo diante de cenários de discriminação (Gomes; Zenaide, 2019). Como podemos observar na fala de Thina: “É um espaço em que eu me sinto feliz e protegida, [...] a gente já avançou muito, tem muitos desafios, ainda precisamos compreender, mas principalmente o movimento, né, que nos ensina todos os dias e que nos transforma”.

O entrelaçamento vivido entre a construção de identidades na coletividade retrata a dimensão da intersubjetividade, como apresentada por Merleau-Ponty (2006b), uma vez que, por meio da corporeidade e da espacialidade, estamos atados ao mundo. A intersubjetividade aparece como uma ponte que nos conecta ao outro e ao mundo, o que possibilita uma coexistência na medida em que a nossa experiência é única e, ao mesmo tempo, múltipla (Franco; Santos; Caminha, 2020). Percebemos essa questão na fala de David, que diz: “Hoje, no movimento, há dois espaços:

o espaço nosso combativo, de emancipação e formação, onde os LGBTs se sentem à vontade; e o espaço do assentamento da comunidade rural, que eu não vou dizer que a gente sofreu uma opressão, um preconceito, mas que tem essas limitações enquanto comunidade”.

A experiência de coletividade vivida no MST por David e Thina tem um caráter ambíguo, pois os participantes reconhecem a potencialidade do movimento ao mesmo tempo em que são atravessados por desafios relacionados ao preconceito e à falta de compreensão pelo outro. Como afirma Louro (2008), os corpos são colocados em lugares sociais e classificados a partir de suas aparências, suas culturas e o quanto próximo estão do padrão hegemônico imposto por aquela sociedade. Assim, é possível refletir que poucos são os territórios os quais a população LGBTQIAPN+ pode vivenciar de forma saudável e potencializadora. Na fala de David, é possível identificar um sentimento mais explícito em relação à possibilidade ou negação de sua identidade.

Em um movimento social considerado inclusivo e democrático, um dos principais caminhos para resistir e viver para além do preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+ é a construção de redes de apoio. A construção de um espaço de trocas livre de julgamentos potencializa a libertação pessoal e fortalece a garantia de direitos e o acolhimento das experiências de quem faz parte de tal grupo (Tilio; Silveira, 2021), como descreve Janaina:

O movimento me libertou até mesmo do próprio conservadorismo que eu vivia. Eu não aceitava a minha sexualidade. E aí quando eu vim pro movimento eu vi que dava para me aceitar. Foi com ajuda de companheiros, com a gente conversando e com troca de diálogos. Foi quando tive a minha primeira companheira, que foi uma dirigente do MST. Eu fui viver a vida que eu sempre sonhava e não tinha coragem.

Apesar de suas contradições, o sentimento de pertencimento e de trocas genuínas vividas na coletividade do MST podem configurar a única possível rede de apoio para alguns militantes. Como descreve Paulo Gustavo: “Eu me sinto melhor sendo um sujeito LGBT dentro do movimento, nos espaços que eu tô do MST, do que na minha própria casa”. Nesse cenário, as redes de apoio vão para além da família nuclear, pois essa nem sempre se configura como espaço de suporte e proteção (Tilio; Silveira, 2021). Em um mesmo grupo, como o MST, é preciso construir ações de combate e resistência ao preconceito ao mesmo tempo em que se experimentam sentimentos de libertação.

A deslegitimização da sexualidade de mulheres como fenômeno do patriarcado

Situada em ambientes considerados conservadores e patriarcais, a sexualidade de mulheres é vivenciada como instrumento de controle e deslegitimização, principalmente por estarem sempre relacionadas e validadas somente a partir da existência de outro homem, como afirma a participante Erika:

Quando eu cheguei aqui, logo em seguida, eu me casei com um homem e tive duas filhas, então as pessoas me viam sempre naquele patamar, aquela questão muito machista das pessoas, de sempre relacionarem a gente ao homem. Sempre acontece isso muito com as mulheres, enfim. Então as pessoas tinham muito isso, de ter aquela visão, de ter a pessoa Erika sempre ligada ao companheiro.

O patriarcado, considerado por Colling (2020) como um sistema de poder cuja existência é mantida por homens e pelas relações de autoridade social, política, moral e de propriedade. Além da hegemonia do gênero masculino, é constituído também pela heterossexualidade, que se apresenta como compulsória. Tal componente dessa orientação sexual, na vivência de mulheres, implica em uma leitura das suas existências sempre atreladas à presença de um homem, muitas vezes, como figura de provedor, que detém o controle até mesmo da sexualidade e dos desejos dessas mulheres.

Para a participante Erika, vivenciar sua sexualidade resultou em experiências de preconceito, uma vez que a dificuldade ou a não aceitação de uma sexualidade que não fosse a heterossexual configuraria motivo para a reprodução de “piadas”, para além da LGBT+fobia, também se caracteriza como um fenômeno patriarcal, em que o controle dos corpos considerados femininos e LGBTQIAPN+ se torna seu principal alvo de violência (Soares; Muniz, 2020).

Melo, Ribeiro e Moreira (2015) dialogam a respeito da compreensão do ser humano com base na fenomenologia filosófica de Merleau-Ponty (2006b) a partir da noção de múltiplos contornos que se apresentam como compreensão dos diversos entrelaçamentos que existem na relação do sujeito com o mundo em que vive, tais como a cultura, o corpo e a sociedade. Ou seja, um entendimento de que somos constituídos por diversos elementos em nossa relação intersubjetiva com o outro (Brasil et al., 2020).

É uma discussão que se aproxima da compreensão sobre interseccionalidade, que, segundo Pereira (2021), teve seu estopim entre as décadas de 1960 e 1980, durante marcos históricos de lutas anticoloniais,

por meio das diversas produções intelectuais de ativistas e de intelectuais não brancas, ou seja, de mulheres latino-americanas, afro-americanas, indígenas, asiáticas, entre outras que, passaram a defender que as vivências de gênero, raça e classe não poderiam ser separadas.

Nesse sentido, pensar a interseccionalidade e os múltiplos contornos como o conjunto de marcadores sociais, culturais, políticos e identitários que atravessam experiências individuais e coletivas, como na vida das respectivas mulheres das falas supracitadas, implica em considerar que as suas construções identitárias são atravessadas pelas suas existências enquanto mulheres, LGBTQIAPN+, militantes do MST, que possuem determinada raça e etnia, que moram em uma determinada cidade, inseridas em diversos contextos sociais, com seus respectivos trabalhos, famílias e as demais pessoas que fazem parte de suas convivências. É nesse olhar contextualizado e ampliado que os múltiplos contornos e as interseccionalidades se fazem presentes.

Quando se discute acerca de vivências LGBTQIAPN+, muitas vezes se ignora as repercussões que certas identidades passam nas relações com as próprias pessoas da população. No caso de Cássia, a participante narra: “como eu sou bi, é muito mais como se fosse uma pessoa que tá em dúvida, não sabe o que quer”. Isto é, a bissexualidade levanta questionamentos que não são indagados da mesma forma por outras orientações sexuais e identidades de gênero, invisibilizando as experiências, como a de Cássia, quando a participante fala: “às vezes eu sinto que se eu me relacionar com um homem eu vou deixar de ser LGBT, porque eu só sou enquanto eu estiver em um relacionamento com outra menina né?”.

Abissexualidade é posicionada em um lugar desprovido de reconhecimento e constantemente posta em questionamento, invalidando mulheres que possuem uma configuração de relacionamento com outro(s) homem(ns). Tal deslegitimização acontece também dentro da própria comunidade, o que implica na necessidade de ser trabalhada a afirmação de tais identidades e o questionamento da lógica binária e punitivista que também é reproduzida por pessoas LGBTQIAPN+ (Jaeger et al., 2019).

O conservadorismo no campo como mantenedor do preconceito e da violência

Um dos pontos compartilhados por todos os participantes destaca a existência de uma lógica conservadora presente em muitos militantes, em especial, aqueles e aquelas que estão situados no campo e não possuem o devido letramento em gênero e sexualidade, como cita o participante Silvero: “Porque a gente vai olhar para o campo brasileiro em geral, a gente vê muito

esse espaço preconceituoso, muitas raízes ainda de uma educação bem ultrapassada”.

A percepção de Silvero sobre o conservadorismo, assim como de outros participantes, dialoga com a fenomenologia da ambiguidade de Merleau-Ponty (2006b), uma vez que essa diz respeito à forma como o indivíduo se relaciona com o mundo e com tudo aquilo que se apresenta em sua experiência por meio da construção de significados. Para o filósofo, perceber é apreender um sentido imanente ao sensível antes de qualquer juízo por meio de um processo de significação inerente aos signos daquilo que experienciamos. Nesse sentido, a forma como o conservadorismo existente no MST é percebida pelos militantes LGBTQIAPN+ está entrelaçada às experiências de preconceito e de intolerância que marcaram suas existências.

O preconceito vivido de forma intensa por boa parte dos militantes LGBTQIAPN+ do movimento é fruto de uma “corrente conservadora”, como citam Silva, França e Maciel (2020), que se caracteriza como um instrumento de disseminação do ódio e do preconceito por determinados grupos sociais considerados subalternos, como é lida a população LGBTQIAPN+, principalmente pelo constante discurso de ameaça à família tradicional brasileira, composta por homens e mulheres cis-heterossexuais e com filhos.

Um outro componente dessa corrente conservadora, segundo Santos (2020), é a religiosidade, que se manifesta na preservação de valores considerados tradicionais, como cita a participante Janaína: “Infelizmente nossos pais, né, os camponeses vêm muito naquela questão da religião, daquela história que o homem nasceu para a mulher, e a mulher nasceu para o homem né...”. Tal fenômeno da preservação é vivenciado, muitas vezes, de maneira desmedida. Independentemente da existência de leis que garantam os direitos da população LGBTQIAPN+, o uso da violência, seja ela hostil ou benevolente, é estimulado e legitimado com o objetivo de manter os privilégios de grupos hegemônicos (Ferreira; Rêses, 2023).

A educação como prática emancipadora

Um dos caminhos que possibilitaram e ainda possibilitam a emancipação à lógica conservadora e ao preconceito de gênero, além da possibilidade de transformação dos espaços sociais, é a educação. Compreender a existência de pessoas LGBTQIAPN+ passa por reconhecer que a família, como primeiro vínculo e instituição social na qual somos inseridos(as), ou até mesmo retirado(as), pode ser um ambiente de exclusão e violência dessas

identidades (Bertolini; Oliveira; Amaral, 2022). Estas se diferenciam de um modelo cis-heteronormativo, o que também resulta em uma negligência da proteção social que deveria existir.

Na relação com o outro, Hadlich (2022, p. 154) afirma que “o corpo enquanto sujeito-objeto é aquele que revela uma consciência encarnada intencional e, por isso, sensível, dada na própria percepção”. Em outras palavras, a percepção e o sentido que “eu” dá ao outro só se tornam possíveis por meio da experiência, a qual é imediata e pré-reflexiva. Para a participante Janaína, integrar o MST articula-se com essa dimensão, uma vez que a experiência da liberdade de ser que encontrou neste espaço abriu portas e se entrelaçou ao processo de construção de sua identidade.

Foi muito difícil me aceitar por causa da minha família. Ao vir para o movimento eu vi que era mais libertador e ele me abriu portas. Por mais que tenham dirigentes conservadores, ele mostrou outro mundo. A própria Universidade; a própria Pedagogia do Paulo Freire; a Teoria da Libertação. Isso me ajudou muito.

É possível relacionar a presença da educação e do letramento de gênero e de sexualidade como um caminho para ampliar horizontes sobre si mesmo, visto que a experiência de pessoas LGBTQIAPN+ acontece em um processo contrário ao de um sujeito com histórias lineares. É uma viagem sem destino pré-definido e com abertura para os movimentos e mudanças que acontecem ao longo do trajeto (Louro, 2008)

Assim como a família, a escola também se apresenta como um lugar de delimitação de espaços ao afirmar o que cada um pode de acordo com seu “lugar social” (Louro, 2014). Nessa perspectiva para construir uma educação libertadora e emancipatória que transgrida os muros das salas de aula e das famílias consideradas tradicionais, é preciso compreender as multiplicidades de gestos, falas, silêncios, sons etc (Louro, 2014). Ou seja, quando os participantes descrevem o contato com a educação e a política na construção de suas identidades, é possível perceber o profundo movimento de apropriação dos caminhos que sentiam, ao ponto de reconhecerem o desejo de se fazer como ponte para outros processos de libertação como encontramos nas experiências descritas a seguir.

Hoje nós temos por exemplo escolas de Ensino Médio funcionando dentro do campo; acho que o debate precisa ser com a própria juventude. Então assim, esse debate ainda precisa ser realizado mais dentro da nossa base, seja em um grupo de mulheres, seja em um grupo de jovens, de assentados.

Porque o preconceito ainda é presente; é isso que nós não podemos esconder (PAULO GUSTAVO).

O primeiro desafio que eu considero que o coletivo tem é o da auto-organização, assim... “como a gente se organiza mais?” [...] Um outro desafio é dentro do próprio movimento, nas instâncias, como é que a gente faz chegar os debates para os dirigentes... não precise somente a Thina que é lésbica faça o debate [...] (THINA).

A educação no atual cenário social, cultural e político brasileiro disputa diariamente com a inserção e a estruturação do neoliberalismo nesse campo, que, segundo Miranda (2020), apresenta-se como uma doutrina e política econômica que defende a ideia de que o mercado deve estar sempre acima e sobressair-se em relação aos demais setores e contextos da vida humana, das vivências mais individuais até as mais coletivas. Sendo assim, é possível relacionar tal conflito na educação brasileira nos relatos de Paulo Gustavo e Thina, ao citarem o desafio de ocupar os diversos espaços sociais, em especial aqueles marcados pela presença do conservadorismo, além da crítica feita por Thina, que diz respeito à centralização da resolução das demandas de pessoas LGBTQIAPN+, entre a própria comunidade, sem se expandir e descentralizar para pessoas que não se identificam como tais.

hooks (2017) traz uma possibilidade para subverter esse desafio, que consiste no que ela chama de “pedagogia engajada”, tendo em vista que, nesse formato de educação, a liberdade é a base, e todos os atores envolvidos no aprendizado são convocados a participar e construir aquilo que se vivencia. Sejam estudantes ou professores, pessoas LGBTQIAPN+ ou não, o fortalecimento é coletivo. Em uma perspectiva parecida, é possível compreender as propostas da fenomenologia de Merleau-Ponty (2006b) sobre o fazer da educação, que consiste, segundo Rosa (2020), no reconhecimento de um sistema aberto, em um movimento constante de ebulação de ideias que preze pela permanente busca filosófica e que seja desprovido de cristalizações ou estagnações, isto é, ideias estáticas que possam encurralar o pensamento. A educação como prática emancipadora, nesse sentido, fortalece-se na direção da expansão dos indivíduos e no desprendimento de saberes que os limitem.

Os lugares que os corpos LGBTQIAPN+ podem ou não ocupar

A última categoria da pesquisa revela uma demanda muito vivenciada pela população LGBTQIAPN+ do MST: quais são os espaços e os lugares sociais que tais corpos podem ou não ocupar e quem tem o poder de ditar tais possibilidades? Na fala de Silvero, encontramos um ponto norteador sobre tal questão, a saber: “A partir do momento que a gente está dentro do MST, estamos lutando pela terra, mas também para que as pessoas LGBTs se reconheçam nessa luta, é um direito nosso também”. O participante relaciona sua experiência enquanto uma pessoa LGBTQIAPN+ a uma postura de luta, em que ser um lutador também faz parte da sua identidade.

Então, o desafio é se reconhecer enquanto esse lutador, essa lutadora que precisam de um coletivo LGBT dentro do movimento, que precisa de vez em quando está vigilante para garantir que a gente consiga dar passos qualitativos na organização a partir do reconhecimento de identidades, seja LGBT, como também a pauta da juventude (SILVERO).

A relação entre luta e identidade não acontece descontextualizada, uma vez que pensar as histórias da população LGBTQIAPN+ é se dar conta que os preconceitos e as violências nunca cessam a busca por atender as necessidades dos seus indivíduos (Quinalha, 2022). Por mais que uma demanda pareça ser atendida, em um breve momento, outras surgirão. Nesse contexto, questionamos: com tantas lutas, quem cuida desses lutadores e dessas lutadoras? É possível vivenciar outras identidades para além da de um lutador ou uma lutadora? Tais perguntas podem ser relacionadas com o encorajamento do pensamento crítico ao desafiar o *status quo* (Hooks, 2017).

Outra aproximação possível é com as discussões que Merleau-Ponty (2006b) constrói sobre o “corpo sexuado”, que se apresenta, assim como a visão e a audição, em uma expressão recíproca com o psiquismo. Em síntese, a luta, tanto narrada quanto vivida, pela defesa dos direitos sexuais e de gênero no corpo de Silvero é também a sua existência.

Wisniewski (2020) dialoga com a ideia de “diver-cidade” para analisar a construção de territórios saudáveis ou não para a população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, cita o processo de estar ou não “dentro do armário” como um lugar social a depender do espaço e do contexto em que esses indivíduos se encontram.

Um reflexo disso é a ocupação de pessoas LGBTQIAPN+ em espaços majoritariamente de cuidados braçais, como reflete a participante Janaína:

Porque muitas vezes nós LGBT somos mais pra ficar com as crianças, assim, no infantil, na cozinha, principalmente as cozinheiras trans. A nossa meta é que a gente esteja em todo espaço do movimento. O nosso principal desafio é ocupar os espaços, e a gente merece; nós somos condutores desse movimento.

Diante a descrição da vivência, em especial relacionadas às mulheres trans, inseridas apenas em serviços domésticos, torna-se importante questionar se é de fato um desejo delas ou apenas outro “armário” em que elas precisam se esconder para não sofrerem possíveis agressões em outros espaços. Para Wisniewski (2020), um sujeito que se encontra invisível e invisibilizado possui uma teia social vulnerável, o que implica em uma necessidade de reconstruir essa rede para que o “armário” não sufoque esses corpos e que estes possam ocupar os lugares os quais facilitem a vivência de seus desejos. Uma perspectiva que circunda o processo de construção identitária de pessoas LGBTQIAPN+ é a experiência do sofrimento como validação da identidade, como se todas as pessoas LGBTQIAPN+ tivessem que passar por tais situações para serem reconhecidas como tais. Ao compartilhar sua experiência, Cássia descreve os sentimentos contraditórios que carrega diante dessa circunstância:

Acho que por isso eu me sinto ainda como se eu fosse um intruso dentro do coletivo. Eu não me sinto, como eu não sofri nada, nunca sofri nenhum problema na minha família, isso nunca foi um problema, minha namorada ia lá para casa de boa. Então, quando eu ouço os relatos da forma como os meus companheiros e companheiras são tratados, eu fico... “como é que eu tenho direito de fala em relação a isso?

Quinalha (2022) afirma que adotar uma postura construcionista em relação à identidade de gênero e à orientação sexual é possibilitar uma restituição do passado e a escrita de novos presentes e futuros, uma vez que, por muito tempo, tornou-se comum privar tais indivíduos de escrever suas próprias referências. Nesse sentido, torna-se necessário que os diversos sujeitos que se identifiquem nesse discurso possuam condições de pensar e escrever histórias que possam ir além da presença do sofrimento e da violência.

Considerações finais

Este estudo demonstrou, mediante as realidades dos entrevistados militantes LGBs no MST, como as identidades são construídas por meio de experiências situadas, que equilibram vivências pessoais, singulares e subjetivas a fatores macrossociais, como questões políticas, culturais e econômicas. Diante desse entrelaçamento, a lente da fenomenologia de Merleau-Ponty (2006) representou uma importante ferramenta crítica para compreender as experiências contraditórias vividas pelos militantes, marcadas tanto pelo acolhimento quanto pela exclusão, entre o sentimento de libertação e o de apagamento da identidade. A fenomenologia filosófica do autor supracitado permitiu, ainda, compreender como o patriarcado se reflete nas experiências de mulheres LGBTQIAPN+, especialmente no controle de suas sexualidades e afetividades dentro do movimento.

A pesquisa evidenciou a existência de preconceito estrutural no MST, particularmente entre militantes cujas vidas são atravessadas pelo campo e pela religiosidade cristã, o que resulta em um conservadorismo violento. Contudo, também se identificou que o movimento não é homogêneo, e espaços de resistência, como o “Coletivo LGBT”, estão sendo fortalecidos para promover um acolhimento mais justo à população LGBTQIAPN+.

Apesar dos avanços, observa-se o desconforto de alguns militantes quanto à centralização da atenção sobre as demandas e necessidades da comunidade LGBTQIAPN+, o que levanta questões sobre o que é necessário para descentralizar o cuidado e por que isso não está sendo adequadamente efetivado. Além disso, a pesquisa permitiu refletir sobre os espaços e narrativas que as pessoas LGBTQIAPN+ podem construir acerca de suas histórias, além do sofrimento e do trabalho braçal.

No que se refere às limitações deste estudo, aponta-se a ausência de participantes trans, travestis e não binários, o que restringiu a análise da diversidade dentro do movimento. Futuras investigações devem considerar essas identidades para ampliar a compreensão sobre a vivência LGBTQIAPN+ no MST.

Ainda assim, entende-se que o objetivo inicial do artigo foi alcançado ao proporcionar uma compreensão aprofundada das experiências vividas pelos militantes e as repercussões de ser uma pessoa LGBTQIAPN+ no contexto do Movimento Sem Terra. Este estudo contribui para ampliar o debate sobre como a luta por direitos no campo é também uma luta pela afirmação das identidades e pelo reconhecimento da diversidade dentro de um movimento historicamente marcado por tensões conservadoras. Além

disso, ao aproximar a fenomenologia de Merleau-Ponty (2006) com as discussões sobre identidade de gênero e sexualidade, essa investigação abre nossos caminhos para uma perspectiva fenomenológica crítica e engajada no mundo.

Referências

ALAMINO, F. N. P.; DEL VECCHIO, V. A. “Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero”. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 113, pp. 645-668, 2018.

ARAÚJO, M. S. S.; CARVALHO, A. M. P. “Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultroliberalismo, militarismo e reacionarismo”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, pp. 146-156, 2021.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BERTOLINI, L. P.; OLIVEIRA, K. R.; AMARAL, E. A. “LGBTQIAPN+: Conceito e importância do reconhecimento social”. In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL, 20., 2022, Paraná. **Anais** [...], Paraná: FAG, 2022, pp. 1-7. Disponível em: <<https://www4.fag.edu.br/anais-2022/Anais-2022-111.pdf>>. Acesso em: 05 de julho de 2024.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. “A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração”. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, [s. l.], v. 22, n. 1, pp. 105-117, 2021.

BRASIL, C. C. P. et al. “Entrelaçamento voz e emoção na percepção docente sob a ótica da fenomenologia de Merleau-Ponty”. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 22, n. 66, pp. 865-876, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes [...]. Brasília, DF, 2016.

CAETANO, M.; LIMA, C. H. L.; CASTRO, A. M. “Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática”. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 16, n. 3, pp. 5-16, 2019.

CARDIN, V. S. G.; MAZARO, J. L. “A cultura como um direito da personalidade: visibilidade e representatividade das identidades LGBTQIAPN+”. **Revista Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, pp. 2119-2141, 2024.

CARNAVALE, R. W. S. “Políticas públicas de proteção social para a população LGBTQIAPN+ no Brasil: uma revisão de estudos sobre o tema”. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9 e 16., 2023, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2023, v. 1, n. 1, pp. 1-9. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41387>>. Acesso em: 05 de julho de 2024.

COLLING, A. M. “Violência contra as mulheres: herança cruel do patriarcado”. **Diversidade e Educação**, [s. l.], v. 8, n. Especial, pp. 171-194, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2023.

CHIABOTTO, C. C; MONTAGNER, R. “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra”. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, pp. 210-231, 2021.

DA SILVA, J. R. “Nem ‘cabra macho’, nem ‘mulher arretada’: trajetória de um homem gay da roça”. **Revista Ciência Geográfica**, [s. l.], v. 28, n. 1, pp. 38-46, 2024.

TILIO, R. de; SILVEIRA, F. G. “Integrantes de movimentos LGBT+ e enfrentamento da LGBTfobia”. **Revista Sociais e Humanas**, [s. l.], v. 34, n. 1, pp. 139-154, 2021.

DOMINGUES, E. et al. “Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero”. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 13, n. 3, pp. 1-15, 2018.

DOS SANTOS, R. M. “A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil”. **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 8, n. 1, pp. 50-77, 2020.

FERREIRA, C. L.; RÊSES, E. da S. “Dia do orgulho heterossexual: a reação conservadora à visibilidade de pessoas LGBTQIA+”. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 69, pp. 1-15, 2023.

FERREIRA, V.; SACRAMENTO, I. “Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [s. l.], v. 13, n. 2, pp. 234-239, 2019.

FRANCO, M. A.; SANTOS, L. A. M.; CAMINHA, I. de O. “Subjetividade, corpo e intercorporeidade a partir da fenomenologia de Merleau-Ponty”. **HOLOS**, [s. l.], v. 8, pp. 1-13, 2020.

GASPODINI, I. B.; JESUS, J. G. “Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero”. **Revista Universo Psi**, Taquara, v. 1, n. 2, pp. 33-51, 2020.

GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. N. T. “A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT”. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 1, pp. 1-20 2019.

GUAZI, T. S. “Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas”. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [s. l.], v. 2, pp. 1-20, 2021.

HADLICH, J. “A conduta, a fala e o juízo: pressupostos éticos a partir de Merleau-Ponty”. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, Natal, v. 29, n. 58, pp. 152-169, 2022.

HEILBORN, M. L.; RODRIGUES, C. “Gênero: breve história de um conceito”. **APRENDER: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, n. 20, pp. 9-21, 2018.

HOOKS, B. **Ensino a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JAEGER, M. et al. “Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos”. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 11, pp. 1-16, 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARANGONI, P. H. S. D.; VERISSIMO, D. S. “Intencionalidade e comportamento: a percepção vivente em Merleau-Ponty”. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, Goiânia, v. 24, n. 1, pp. 75-83, 2018.

MELO, A. K. S.; PAIVA, J. R.; MOREIRA, V. “A noção de sofrimento: possível contribuição da lente fenomenológica dos múltiplos contornos”. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 6, n. 1, pp. 48-57, 2015.

MELO, D. K. et al. « MST: a construção da identidade coletiva dos sujeitos». **Revista científica**, Nova Venécia, v. 32, n.1 pp. 7-24, 2021.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. **Fenomenologia da Percepção**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

MIRANDA, M. G. “O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira”. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, pp. 1-15, 2020.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. “A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, pp. 363-376, 2013.

MOREIRA, V. “O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia”. **Psicologia: reflexão e crítica**, [s. l.], v. 17, n. 3, pp. 447-456, 2004.

MST. Movimento dos Sem Terra. “Ceará inaugura Centro de Formação e Capacitação Frei Humberto”. **Sindicato dos Bancários do Ceará**, Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, G. S. de; CUNHA, A. M. O. “Breves considerações a respeito da fenomenologia e do método fenomenológico”. **Cadernos da FUCAMP**, Campinas, v. 20, n. 47, pp. 132-147, 2021.

PEREIRA, B. C. J. “Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade”. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 21, n. 3, pp. 445-454, 2021.

PESSOA, B. G. F. et al. “A mão do carrasco: o impacto na saúde mental da população LGBT+ após o período eleitoral de 2018 no Brasil”. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 9, n. 6, pp. 1-27, 2020.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

ROSA, M. B. “Compreendendo a educação a partir da noção de experiência corporal em Merleau-Ponty”. **Revista Pedagógica**, [s. l.], v. 22, pp. 1-17, 2020.

SANTOS, C. J.; GARCIA, C. V. “A criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil”. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 5, n. 2, pp. 294-317, 2019.

SILVA, C. G.; PRADA, C. A. “Saúde no campo: caminhos percorridos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, pp. 50-65, 2019.

SILVA, S. M. P.; MACIEL, V. V.; FRANÇA, M. H. O. “Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, pp. 256-265, 2020.

SOARES, A. C. M.; MUNIZ, J. M. “Violência contra a comunidade LGBTQI+: uma resultante do patriarcado e expressão da questão social”. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 12, pp. 99476-99483, 2020.

SOARES, S.J. “Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo”. **Revista Ciranda**, Montes Claros, v. 3, n. 1, pp. 1-13, 2019.

SOUZA, L. H. B. L. “Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT”. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [s. l.], v. 3, n. 10, pp. 252-275, 2020.

SOUZA, M. A. “Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, pp. 1-22, 2020.

WISNIEWSKI, R. R. “Gênero e diver-cidade: educação e invisibilidade LGBTQ nos espaços urbanos”. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 15, n. 1, pp. 76-93, 2020.

Recebido em julho de 2024.

Aceito em fevereiro de 2024.